



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0015662-04.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de voo**
 Requerente: **Andres Eduardo Coca Salazar**
 Requerido: **Allu Agência de Viagens Ltda Me e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alega ter adquirido passagens aéreas da segunda ré junto à primeira, realizando o correspondente pagamento.

Alegou ainda que posteriormente houve uma série de contratemplos, inclusive com a informação de que o agendamento das passagens não constava do sistema da segunda ré, o que levou ao seu cancelamento.

Almeja à declaração da rescisão do contrato e à devolução do valor desembolsado pelo negócio.

A primeira ré é revel.

Citada regularmente, não compareceu à audiência e tampouco ofertou contestação, de modo que se aplica quanto a ela a regra do art. 20 da Lei nº 9.099/95.

Por outro lado, a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam da ré **TAM LINHA AÉREAS S/A** não merece acolhimento.

Com efeito, a responsabilidade dela deriva da solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES**:

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

Tais orientações aplicam-se com justeza à hipótese dos autos, conduzindo ao reconhecimento de que a ré ostenta legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual.

Poderá, à evidência, voltar-se no futuro regressivamente contra a corré visando ao ressarcimento de valores a que repute fazer jus, mas isso não afeta sua legitimidade passiva ad causam.

Rejeito a prejudicial arguida, pois.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

No mérito, as alegações do autor estão satisfatoriamente respaldadas na prova documental que produziu.

Os documentos de fls. 03/10 encerram os diversos contatos havidos entre ele e a primeira ré a propósito do assunto em apreço, deles constando inclusive a confirmação das passagens perante a segunda ré (fls. 07/10).

Não obstante isso, e diante da notícia de que o agendamento não estava mencionado no sistema desta, novos contatos aconteceram até que as passagens foram canceladas.

Houve, é incontroverso, o pagamento da quantia a elas pertinente (fl. 11), bem como a promessa de sua devolução (fls. 04, 05 e 06), o que, todavia, incorreu.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, inclusive como forma de evitar o inadmissível enriquecimento sem causa decorrente da percepção de valores por serviço que não foi prestado ao autor.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar rescindido o contrato aludido a fl. 02 e a inexigibilidade de débitos dele oriundos, bem como para condenar as rés a pagarem ao autor a quantia de R\$ 4.750,00, acrescida de correção monetária, a partir de julho de 2013 (época do desembolso de fl. 11), e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA